



Uma leitura moderada da *Revista da Sociedade Philomathica*

A Moderate Reading of the Revista da Sociedade Philomatica

Gabriel Esteves

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina / Brasil
CNPq

gabrielesteves@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4719-6672>

Resumo: Este trabalho pretende apontar uma nova maneira de interpretar as propostas estéticas da *Revista da Sociedade Philomathica* (1833), órgão de divulgação da Sociedade Filomática da Academia de Direito de São Paulo, não a partir de uma perspectiva proto-romântica e ultranacionalista, como quis a historiografia literária do século XX, mas de um ponto de vista deliberadamente moderador. Pretende-se mostrar que a *Philomathica*, em todos os assuntos que lhe diziam respeito (literatura, filosofia, política), tendia a assumir uma postura eclética, avessa às opiniões extremadas e perfeitamente alinhada ao projeto político-cultural de outros periódicos contemporâneos como a *Aurora Fluminense* e *O Homem e a América*, jornais ligados à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, associação que comungava várias personalidades importantes da vida política na corte, e de onde manaria o influxo literário que deu origem a nosso romantismo moderado.

Palavras-chave: Sociedade Filomática; romantismo; língua brasileira; Evaristo da Veiga.

Abstract: This work intends to point out a new manner of interpreting the aesthetic proposals of the *Revista da Sociedade Philomathica* (1833), a periodical publication organized by the Philomatic Society of the Law Academy of São Paulo, not from a proto-romantic and ultranationalist perspective, as 20th century literary historiography wanted, but from a deliberately moderating point of view. It is intended to show that the *Philomathica*, towards all its subjects (literature, philosophy, politics), tended to assume an eclectic posture, averse to extreme opinions and perfectly aligned with the political-cultural project of other contemporary periodicals such as *Aurora Fluminense* and *O Homem e a América*, magazines linked to the Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, an association that assembled several important personalities of political life at the court, and from which would flow the literary influx that gave rise to our moderate romanticism.

Keywords: Philomatic Society; romanticism; Brazilian language; Evaristo da Veiga.

Introdução

Entre junho e dezembro de 1833, uma pequena associação de estudantes e professores ligados à recém-fundada Academia de Direito de São Paulo, apelidada Sociedade Filomática, organizou e publicou algumas edições da revista por meio da qual pretendia compor o movimento civilizatório do país e difundir suas propostas literárias, filosóficas e políticas – era a *Revista da Sociedade Philomathica*¹:

Seu [da *Revista*] timbre e sua única meta serão coadjuvar a marcha lenta, mas sempre progressiva da civilização brasileira com todos os esforços, ainda que minguados, que se compadeçam com a debilidade de suas forças. Seus meios, a publicação de memórias úteis sobre as Ciências e a Literatura; a crítica das Obras notáveis que aparecerem em o nosso país; a notícia do que forem tendo de mais interessante os Povos cultos. (CAMPOS *et al.*, 1833, p. 15)

Efêmera, não passou de seis números: encerraram-na o desinteresse público e a carência financeira que costuma acompanhá-lo. Menos ingrata foi a posteridade. Alguns de seus colaboradores mais destacados sobreviveram ao moinho da história e têm sido rotineiramente descritos pela crítica especializada como pioneiros ou visionários do que logo viria a ser o americanismo romântico: Justiniano José da Rocha, leitor atento de Garrett e Denis; Francisco Bernardino Ribeiro, introdutor da poesia propriamente indianista; José Salomé Queiroga, especulador primeiro de uma linguagem brasileira. Não tem faltado, entretanto, alguma dose de exagero e anacronismo nessas descrições. Mais de um historiador da literatura brasileira (penso aqui em Antônio Soares Amora, Aderaldo Castello, Antonio Candido, Maria Eunice Moreira, entre outros) tem se aproveitado do que publicaram esses três autores, às vezes muitos anos depois, para embasar uma interpretação ultranacionalista e defeituosamente romântica da Sociedade Filomática (interpretação que, vista de perto, não se sustenta). Assim, Antonio Candido argumenta que a baldada função da Sociedade Filomática foi “afirmar a identidade e autonomia da literatura brasileira, inclusive recomendando o abandono dos clássicos e da sujeição aos autores portugueses” (CANDIDO,

¹ Mantive, a exemplo do que tem feito a Biblioteca Nacional em sua hemeroteca, a grafia original do título da revista: *Revista da Sociedade Philomathica*. Tenho empregado a palavra “Filomática” apenas para me referir à sociedade.

2002, p. 25); e Maria Eunice Moreira, seguindo a trilha aberta por Candido, que os filomáticos ficaram sendo exemplo da “indeterminação estética”, da “curiosa mistura de atração e repulsa pelo Romantismo” tão própria desse “período de transição, quando a influência clássica se mescla com as novas exigências literárias” (MOREIRA, 1991, p. 54).

Mas terá sido esse, de fato, o programa esboçado pela *Philomathica*? Podemos reduzi-lo a essa espécie de americanismo antilusitano paralisado pelo horror ao desregramento romântico? Creio que não. Nossa historiografia tem sido pouco judiciosa ao centrar todos os seus esforços na descrição unilateral desse suposto brasileirismo (bem mais modesto, na verdade, e bem menos radical do que se quer acreditar), sem fazer caso da doutrina eclética professada na introdução da revista, nem das suas inevitáveis consequências políticas (alinhamento ideológico com o partido moderado) ou estéticas (moderação dos exageros clássicos e românticos; conciliação das influências nacionais e estrangeiras, inclusive portuguesas) – negligências que, receio, têm sido a causa de não poucos equívocos.

Foi pensando neles, nos equívocos, e nas lacunas deixadas pela leitura de meus predecessores, que elaborei este trabalho. Nas próximas páginas, apontarei uma nova maneira de interpretar as propostas estéticas dos seis números que compõem a *Philomathica*, não a partir de uma perspectiva proto-romântica e ultranacionalista, como quis a historiografia literária do século XX, mas de um ponto de vista deliberadamente moderado, de raiz eclética, e da qual, quero crer, derivará um conhecimento mais circunstanciado do que pretenderam e do que alcançaram os filomáticos de São Paulo.

1 Eclétismo como programa e alinhamento com o partido moderado

Nosso ponto de partida será a profissão de fé da *Revista da Sociedade Philomathica* – o eclétismo. Logo na introdução ao primeiro número, os filomáticos declaram sua filiação: “procuramos quanto em nós couber cingir-nos ao Eclétismo: nem por sombra abraçaremos as doutrinas de Spinoza e Gassendi, entretanto não seremos também sectários cegos do absoluto espiritualismo alemão” (CAMPOS *et al.*, 1833, p. 16). Quem fala em “eclétismo” nos idos de 1833, em contrabalancear leituras sensualistas e espiritualistas, está certamente ruminando as ideias do idealizador desse programa, Victor Cousin, pensador a partir do qual o frei Francisco do Monte Alverne, no Rio de Janeiro, ensinava filosofia desde pelo menos

1832. Conheciam-no? Seria difícil, dadas as circunstâncias, crer que não; quando não através dos estudantes que, fechada a universidade de Coimbra, desembarcavam ao Brasil trazendo ideias liberais e românticas², o terão provavelmente conhecido nas livrarias da própria cidade: três anúncios de jornal (dois de 1830, um de 1833³) confirmam que, já no início da década de 30, o *Cours de l'histoire de la philosophie* (1829) era comercializado pelos livreiros da pequena São Paulo, provavelmente ao lado de um *Manuel de l'histoire de la philosophie* (1829), obra traduzida de Wilhelm Tennemann, e na introdução da qual Victor Cousin expôs com clareza o espírito fundamental da doutrina eclética:

[A] pretensão de não repelir e não aceitar nenhum sistema por inteiro, de desconsiderar este, de tomar aquele, de escolher em todos aquilo que parece verdadeiro e bom e, por consequência, durável, é, em uma só palavra, o ecletismo. O ecletismo! Eu não ignoro que essa palavra agita todas as doutrinas exclusivas. Mas surpreende que uma opinião que parece um pouco nova encontre uma viva resistência? Sobretudo uma opinião como o ecletismo. Proponha aos partidos que deponham suas pretensões tirânicas a serviço da pátria comum. Todos os partidos lhe acusarão de ser um mal cidadão. As doutrinas exclusivas são em filosofia o que partidos são no Estado. O ecletismo tende a substituir sua ação violenta e irregular por uma direção firme e moderada que emprega todas as forças, não negligencia nenhuma, nem sacrifica a ordem e o interesse geral a nenhuma. (COUSIN, 1829, p. XIII–XIV)⁴

Moderação, pois, e conciliação de ideias opostas: é esse o declarado programa epistemológico da *Philomathica*. Ele influía sobre as outras

² Cf. CASTELLO, 1997, p. 56

³ Cf. AVISOS, 1830, p. 1522; AVISO, 1830, p. 256; ANNUNCIO, 1833, p. 886.

⁴ No original: “cette prétention de ne repousser aucun système et de n’en accepter aucun en entier, de négliger ceci, de prendre cela, de choisir dans tout ce qui paraît vrai et bon, et par conséquent durable, d’un seul mot, c’est l’éclectisme. L’éclectisme ! Je n’ignore pas que ce nom seul soulève toutes les doctrines exclusives. Mais faut-il s’étonner qu’une opinion qui paraît un peu nouvelle rencontre une vive résistance ? Surtout une opinion comme l’éclectisme. Proposez donc aux partis, je vous prie, de déposer leurs prétentions tyranniques dans le service de la commune patrie ? Tous les partis vous accuseront d’être un mauvais citoyen. Les doctrines exclusives sont dans la philosophie ce que les partis sont dans l’état. L’éclectisme tend à substituer à leur action violente et irrégulière une direction ferme et modérée, qui emploie toutes les forces, n’en néglige aucune, mais ne sacrifie à aucune l’ordre et l’intérêt général”. (Todas as traduções do francês são de responsabilidade do autor)

esferas com que a revista se ocupava? É certo que sim. Politicamente, os filomáticos atuaram como defensores de uma sociedade libertária, moderada e industriosa, fundamentalmente avessa a ideias extremistas: “olhos fitos no bem ser público, sempre propugnaremos pela estabilidade e adequada aplicação dos *princípios racionais*; só defenderemos ideias justas que não utopias ou sistemas quiméricos” (CAMPOS *et al.*, 1833, p. 15–16, grifo do autor). Norteavam-se por termos-chaves que, lidos em conjunto, “Liberdade — Indústria — Racionalidade — e Associação” (CAMPOS *et al.*, 1833, p. 16), revelavam sua identificação com propostas liberais – propostas que, desde o início da década de 30, vinham ganhando o apoio dos acadêmicos paulistanos, conforme descreve Brasil Bandecchi:

Inaugurado o Curso Jurídico em 10 de março de 1828, em 1830 já era um efervescente núcleo liberal, já se encontrava em São Paulo, vindo do Rio de Janeiro, o médico e jornalista Libero Badaró, que em seu periódico *O Observador Constitucional* publicava artigos contra o absolutismo reinante e em sua casa reunia o escol da mocidade acadêmica que comungava, como ele, as ideias de liberdade que nos vinham da Europa, por via das sociedades secretas. (BANDECCHI, 1984, p. 300)

Mas a *Philomathica* não pendia às ideias revolucionárias promulgadas pelo *Observador Constitucional* de Badaró e d’Ornelas (jornal ligado ao partido exaltado e simpatizante do sistema republicano); ela preferia, ao que tudo indica, subscrever-se a um projeto moderadamente liberal e monarquista-constitucional, nos moldes daquela “renovação sem extremismos” (PINASSI, 1998, p. 64) defendida, no Rio de Janeiro, por Evaristo da Veiga, o “moderado por excelência” (SOUSA, 2015, p. 19), redator da *Aurora Fluminense* e membro influente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, “associação partidária dos *moderados*” (VIANNA, 1960, p. 254), cujo órgão oficial se chamava *O Homem e a América*. Evidências dessa afinidade são as menções elogiosas que Evaristo fez à Sociedade Filomática em pelo menos duas ocasiões: i) em 28 de setembro de 1832, quando torna público um longo poema épico-dramático composto por Francisco Bernardino Ribeiro, “sócio da Sociedade Filomática” (INTERIOR..., 1832, p. 2902), que retrata a cena decisiva do Sete de setembro:

Que som ribomba forte na floresta?
[...]
...A voz será de um deus propício e brando,
Que de nossas desgraças condoído,
Termo lhes queira por? Mas não, ouçamos.
(*Escuta por um pouco e ouve distintamente o grito — independência.*)
Céus! Liberdade e Independência ecoa!
É sim, já não duvido, o brado ingente
Que o undoso Mississipi ouvira há pouco,
D'heróis ao povo por heróis soltado;
Seu som repercutiu nos altos Andes,
E em reflexão mais forte se avizinha
Destes antigos, venerandos bosques.
Feliz presságio que a alma me arrebatava,
Auspício encantador, eu já te aceito!
(RIBEIRO, 1832, p. 2901, grifo do autor)

ii) Em 16 de setembro de 1833, quando Evaristo descreve os méritos da *Revista da Sociedade Philomathica* e a recomenda. O tom dessa crítica é conciliatório, meio clássico e meio romântico – equivalente, como logo se verá, ao tom adotado pelos filomáticos:

Temos diante dos olhos o 2º e 3º números de um novo jornal, publicado em São Paulo, cujo gênero, pouco cultivado no Brasil, seria, contudo, uma útil distração para os espíritos e daria, por algumas horas, proficuas tréguas à política que quase exclusivamente nos ocupa. É um periódico literário que sai à luz mensalmente sob o título de *Revista da Sociedade Philomathica*. [...] Entrando no mérito da publicação que anunciamos, parece-nos que a seus jovens redatores não falta gosto das boas letras, talento, instrução, e que em diferentes artigos que se aí leem, acham-se ideias úteis e sãs acerca da poesia portuguesa, bem como da que nos convém adotar. Nós não somos inimigos e detratores do gênero que denominam clássico; reconhecemos, ao contrário, que os nossos poetas, havendo-se dado exclusivamente a esse gênero e trilhado o caminho que lhes abriram os gregos e os romanos, é aí que devemos haurir as belezas da frase e a índole da linguagem e a maneira garbosa de exprimir sempre com nobreza o pensamento. Mas esta mesma, exclusiva cultura é talvez uma das razões que deve mover os nossos vates a deixar um trilho já cansado e a lançar-se em a nova estrada que achou o gênio dos *Byron*, *Chateaubriand*, *Walter Scott*, *Bernardin S. Pierre* e *Cooper*. A outra razão, e a principal que temos para assim pensar, é que havendo nosso país tantas belezas majestosas e novas,

sendo aí a vida dos campos e mesmo a das cidades diferente a muitos respeitos da que se passa na Europa, não cumpre que em quadros de morte cor copiemos outros quadros de estrangeiro atavio, mas sim que tiremos os painéis dessa mesma sublime natureza que nos está diante dos olhos. Do mesmo parecer se mostram os redatores da *Revista*. (RIO..., 1833, p. 3470–3471)

Além disso, como a *Aurora* e *O Homem e a América*, a *Philomathica* também advogava (embora de maneira mais sutil) em favor de um evidente ecletismo político. É o que se nota pela notícia da publicação, dada em sua segunda edição, de dois livros bastante sugestivos: *Zur Vermittlung der Extreme in den Meinungen*, de Friedrich Ancillon, e *Histoire Générale du droit politique et constitutionnel des peuples de l'Europe*, curso público professado por Joseph Ortolan. O primeiro seria vertido em francês pela baronesa de Stassart, que preferiu intitulá-lo *Du juste milieu* (1837), termo caríssimo à filosofia eclética de matriz francesa. Segundo a tradutora, que compõe também um prefácio ao estudo de Ancillon, o autor

pensou e tentou provar que em toda questão há duas respostas extremas, dois polos opostos, uma afirmação e uma negação absolutas – em uma palavra, para nos servirmos de sua expressão, uma *tese* e uma *antítese*, e que a verdade só pode ser encontrada entre esses dois extremos. (STASSART, 1837, p. IV, grifo do autor)⁵

Ora, é a busca por esse *ne quid nimis* em todas as coisas e a crença numa verdade intermediária que fundamentam o livro de Ancillon e justificam tanto o interesse geral dos filomáticos pela sua divulgação, quanto a ênfase específica que dão à aplicação política da doutrina eclética: “cremos que o ecletismo é tão [difícil⁶] em filosofia como em política; por isso que a conciliação de sistemas opostos só pode ser consequência de um terceiro sistema superior aos primeiros” (REDACTORES, 1833, p. 62). A opinião política de Ancillon, com efeito, “sempre se mantém distante da

⁵ No original: “M. Ancillon a pensé et cherché à prouver que dans toute question il y a deux réponses extrêmes , deux pôles opposés , une affirmation et une négation absolues , en un mot , pour nous servir de son expression , une *thèse* et une *antithèse* , et que la vérité ne se rencontre qu’entre ces deux extrêmes”.

⁶ Presumo que esta seja a palavra que, no texto original, está quase ilegível.

democracia pura e da pura monarquia” (DAMIRON, 1828, p. 266)⁷, pois lhe parece que “o despotismo pode aparecer em qualquer lugar em que haja um poder supremo; ele é tão pouco inseparável de uma monarquia, quanto não é estranho a uma democracia ou a uma aristocracia pura” (ANCILLON, 1837, p. 57)⁸. É o mesmo que argumenta, em mais de uma ocasião, o jornal *O Homem e a América*:

Os moderados estão na firme persuasão de que o sistema monárquico constitucional representativo não é mais do que uma república aperfeiçoada; nem é crível que deseje o sistema puramente republicano quem já o possui sem os inconvenientes e perigos que lhe são próprios, como a história prova com milhares de exemplos. Benjamin Constant disse, com toda a razão, que, em nossos tempos modernos, a república ou a monarquia constitucional são idênticas em relação à liberdade. (BOLETIM..., 1832, p. 181, grifo do autor)

Quanto ao livro-palestra de Ortolan, está em consonância com a perspectiva política adotada pelos filomáticos na medida em que descreve a “marcha progressiva que há seguido a Liberdade na Europa” (REDACTORES, 1833, p. 64) e o derradeiro golpe

dado pela ciência no Despotismo real, quando arrancando-lhe o manto de nuvens com que se obscurece a sua origem, prova que a Autoridade absoluta dos Reis começou em uma época determinada a pesar sobre a Europa, sem equilíbrio, nem obstáculos. (REDACTORES, 1833, p. 65)

Tem-se, assim, a partir da doutrina professada pelo grupo, a sùmula do pensamento político da Sociedade Filomática: liberalismo antiabsolutista, porém moderado (eclético), o que significa, trocado em miúdos, manutenção da monarquia constitucional representativa.

⁷ No original : “il [Ancillon] se tient toujours à distance de la démocratie pure et de la pure monarchie”.

⁸ No original : “le despotisme peut avoir lieu partout où il y a un pouvoir suprême ; il est aussi peu inséparable d’une monarchie , qu’il n’est étranger à une démocratie ou à une aristocratie pure”.

2 Entrelugar clássico-romântico e americanismo moderado

Passando agora às ideias literárias da revista, veremos que, a exemplo das políticas e filosóficas, estas também são norteadas por um ideal de moderação aplicado à conciliação de opiniões opostas – neste caso, o binômio antitético “classicismo–romantismo”, como se pode notar pela já citada crítica de Evaristo da Veiga e pelos princípios estéticos expostos no artigo introdutório da revista:

Em literatura, nossos princípios serão os da razão e do bom gosto, combinados com o espírito e necessidades do século: tão longe estaremos do Romantismo frenético como da servil imitação dos antigos. Desde já estamos convencidos de que a literatura é a expressão colorida do pensamento da época: esta ideia nos servirá para extremarmos a modificação (justa e adequada nas antigas conveniências) do esquecimento absurdo dos princípios da natureza. (CAMPOS *et al.*, 1833, p. 16)

A *Philomathica* acolhia as opiniões poéticas de Friedrich Ancillon – “a parte mais substancial e a mais solidamente tratada do livro do sr. Ancillon é talvez a que versa sobre a poesia; é ao menos o que nos mereceu mais interesse” (CAMPOS *et al.* 1833, p. 63)⁹ –, assim sintetizadas no *Essai sur l’histoire de la philosophie en France au dix-neuvième siècle* (1828), de Jean-Philibert Damiron:

Ancillon toma lugar, em literatura, entre os clássicos e os românticos para levar-lhes palavras de paz e incentivar aqueles a relaxar um pouco o estreito rigorismo da *unidade*, estes a seguir com mais reserva o seu gosto demasiadamente vivo pela *variedade*. Entre clássicos e românticos, Ancillon não encontra outro erro que não o de querer cada qual ter razão à parte e o de não concordarem em compartilhar ideias que, longe de se repelir mutuamente, devem, ao contrário, para

⁹ Ancillon dedica todo um capítulo à resolução da querela clássico-romântica, ao fim do qual enaltece Lamartine, Delavigne e o jovem Victor Hugo (das *Odes et Ballades*). Sua conclusão: “os grandes poetas sabem satisfazer todas as exigências, reunir a imaginação ao espírito, conciliar o sentimento com a razão” [les grands poètes savent satisfaire toutes les exigences, réunir l’imagination à l’esprit, concilier le sentiment avec la raison] (ANCILLON, 1837, p. 88).

a glória das letras, se aproximar e se conciliar. (DAMIRON, 1828, p. 267, grifo do autor)¹⁰

Disso se pode presumir que a Sociedade Filomática não pretendia virar as costas à formação clássica herdada de Portugal, nem a substituir inteiramente pelas novidades românticas; sua ambição devia estar no estabelecimento de um *juste-milieu* literário. Vejamos: por um lado, ela tendia inequivocamente ao purismo linguístico e à conservação de velhas formas poéticas – o que se verifica, sobretudo, pelos argumentos do extenso *Ensaio sobre a tragédia* e pelos comentários à obra de Almeida Garrett em *Vista d’olhos sobre a poesia portuguesa desde os últimos anos do século XVIII*–; por outro, recomendou a imitação de poetas modernos como Byron, Sterne, Garrett, Delavigne ¹¹, e produziu alguma teoria e alguma literatura de cunho moderadamente romântico. A famosa crítica de Justiniano José da Rocha às primeiras *Poesias* (1832) de Gonçalves de Magalhães, por exemplo, nas quais já se observa “a nova marca, advinda da introdução de elementos naturais nativos – palmeiras e sabiás – em substituição aos estrangeiros” (MOREIRA, 1991, p. 53), expressa a sensibilidade pitoresca transmitida pelos escritos de Ferdinand Denis e Almeida Garrett acerca da “necessidade de maior ‘americanização’ da literatura brasileira” (COUTINHO, 1968, p. 71), revelando um leitor “mais original, mais atualizado e já sensível ao valor e à importância das novidades da poesia romântica” (AMORA, 1977), bem como um literato capaz de “formular um programa para os futuros poetas nacionais” (AMORA, 1969, p. 85)¹²:

Entre as qualidades que recomendam o Sr. Magalhães não deve ser esquecido o seu amor ao Brasil. Graças a ele, já a majestosa mangueira substituiu os choupos e os carvalhos, já o sabiá brasiliense desentronizou o rouxinol d’Europa, e algumas das belezas americanas trajaram as ricas galas da Poesia. (ROCHA, 1833, p. 56)

¹⁰ No original: “Monsieur Ancillon prend place en littérature entre les classiques et les romantiques, pour leur porter des paroles de paix, et les engager les uns à se relâcher un peu du rigorisme étroit de l’*unité*, les autres à suivre avec plus de réserve leur goût trop vif pour la *variété*. Classiques et romantiques, il ne leur trouve d’autre tort que de vouloir avoir raison chacun à part, et de ne pas s’entendre pour mettre en commun des idées qui, loin de se repousser mutuellement, doivent au contraire, à la gloire des lettres, se rapprocher et se concilier”.

¹¹ Cf. EPÍSTOLA..., 1833, p. 89; ROCHA, 1833, p. 51

¹² Antonio Candido propõe uma leitura diametralmente oposta. Para ele, a crítica de Justiniano José da Rocha não passa de pressentimento da reforma (Cf. CANDIDO, 2000, p. 289).

A *Philomathica* também se encarregou de traduzir, “para darmos ideia do que acerca do nosso país pensam os europeus sensíveis e entusiastas de nosso solo fértil e virgem” (GAVET; BOUCHER, 1833, p. 92, nota), o prefácio ao romance *Jakaré-Ouassou, ou Les Tupinambas* (1830), de Daniel Gavet e Philippe Boucher. As opiniões esboçadas pelos autores nesse texto – aliás, românticos confessos¹³ – também são absolutamente compatíveis com as teses de Garrett e Denis a respeito da poesia novomundista:

Desafogado se transporte o gênio! Ressoem as cordas de uma lira nova em um mundo novo! Neste país de maravilhas, em que é tudo novo, em que tudo vive animado por um suco de fogo, em que o pensamento cresce e se engrandece livre, virgem, singelo, brilhante, nada apareça do que é usado, nem se faça ouvir coisa alguma que se ressinta da lima europeia. (GAVET; BOUCHER, 1833, p. 94–95)

Vê-se, pois, que os filomáticos queriam, além de aliar novas e velhas leituras, promover a incorporação de elementos autóctones (história, natureza, costumes etc.) à literatura de língua portuguesa. Não lhes faltava nem sensibilidade à cor local, nem gosto pelo exótico – percebemo-lo pela publicação, no primeiro número da revista, do poema *Últimos momentos de uma jovem de Madagascar obrigada a sacrificar seu filho ao Deus Niang*, composição pitoresca de José Marciano Gomes Batista, e que revela um interesse aflorado pelo exotismo de outras terras. Essa verve americanista de fundo romântico não deve, todavia, dar margem a que se pense que a Sociedade Filomática, essa “*barricada literária* nacionalista e romântica” (AMORA, 1969, p. 82), encabeçava um movimento nacional de rompimento com a literatura clássica portuguesa, como quer Antônio Soares Amora –

[Em 1833], alguns jovens intelectuais como Magalhães, Martins Pena e os acadêmicos de São Paulo que formaram a Sociedade Filomática, tomaram então franca posição em favor de um movimento que, de um lado, rompia definitivamente com o Classicismo, de outro, começaria a atuar no sentido de encontrar os “princípios ativos” de nossa literatura nacional e romântica. (AMORA, 1969, p. 74)

¹³ Assim escrevem Gavet e Boucher: “não havemos escrito por sistema; sempre havemos seguido a inspiração. Se nisto somente consiste a nova escola somos *românticos*” (GAVET; BOUCHER, 1833, p. 97).

–, ou como quer Antonio Candido, para quem o propósito malfadado da *Philomathica* era “afirmar a identidade e autonomia da literatura brasileira, inclusive recomendando o abandono dos clássicos e da sujeição aos autores portugueses” (CANDIDO, 2002, p. 25). Para Candido, a autodeclarada atividade moderadora da revista é “confusa” e “contraditória” (CANDIDO, 2002, p. 24), uma vez que os rapazes da *Philomathica*, “grupinho esforçado e medíocre” (CANDIDO, 2000, p. 288), marcado por uma “extrema ambivalência” (CANDIDO, 2000, p. 286), não tinham noção clara do que pretendiam com a reforma, “queriam e temiam simultaneamente a renovação” (CANDIDO, 2000, p. 287), e por isso sempre “escorregavam nesse terreno de contradições” (CANDIDO, 2000, p. 287), escandalizavam-se “ante qualquer violação das normas” (CANDIDO, 2000, p. 288) e, como resultado, não conseguiram superar o estado transitório que vai do classicismo ao romantismo. Não creio que o autor da *Formação* esteja com a razão. Candido enxerga como estagnação do processo transitório aquilo que os filomáticos viam como síntese, como mediação gerativa de um terceiro sistema superior. Fincando bandeira entre o classicismo e o romantismo, a Sociedade Filomática permanecia fiel ao programa esboçado na apresentação de sua revista; não pretendia superar esse estado intermediário de fundo eclético, mas refiná-lo e erigi-lo em escola nacional – era essa, como vimos, a sua orientação epistemológica.

Aqui, ainda uma vez, é preciso considerar as ideias da *Revista da Sociedade Philomathica* à luz de dois fatos importantes: i) a doutrina eclética professada pelo grupo, e que já sabemos ser avessa a exclusivismos de escola; ii) a percepção corrente em 1833 de que as literaturas de Portugal e Brasil estavam unidas pela mesma língua e integradas ao plano geral da civilização ocidental, como assinalou Antônio Soares Amora:

[Segundo os “primeiros promotores e ideólogos de nossa literatura nacional e romântica”], a língua portuguesa e todas as obras literárias em que ela se expressara eram um patrimônio comum dos dois povos, os portugueses e os brasileiros; portanto, com igualdade de direitos ambos os povos podiam invocar os valores desse patrimônio e se atribuir a responsabilidade de os preservar, e aumentar com novas criações, fruto do caráter nacional de cada país. (AMORA, 1969, p. 70)

Não creio, assim, que a *Philomathica* quisesse se desvencilhar da clássica literatura lusitana, pois pressupunha que todas as transformações

por que passara e ainda passaria a poesia de língua portuguesa, deste e do outro lado do Atlântico, lhe diziam respeito. Mesmo na crítica elogiosa às *Poesias* de Magalhães, na qual se estima a introdução de elementos americanos (insinuada, ironicamente, pelo lusitaníssimo Garrett!), Justiniano José da Rocha não deixa de elogiar a leitura cuidadosa que o poeta fez dos *nossos* clássicos, quer dizer, os clássicos da língua portuguesa: “cheio da leitura de nossos clássicos, o Sr. Magalhães foge igualmente do arcaísmo pedantesco e do inosso galicismo que ia solapando nossa língua e, com ela, nossa poesia” (ROCHA, 1833, p. 52). Estas não são, ademais, as palavras de um órgão disposto a romper definitivamente com a tradição clássica e, menos ainda, com a literatura portuguesa:

Voltando as vistas para a literatura nacional, protestamos não dar guarida ao elmanismo e galicismo, filhos bastardos de nossa linguagem pura e nobre; nem ao arcaísmo inosso que nodoa suas feições varonis, porém modernas: poremos todo o peito em sustentar a casta sisudez da escola respeitável de Camões, Ferreira e Garção, e repeliremos com azorrague crítico toda a inovação desnecessária e que não seja consentânea com a índole do nosso desprezado, mas tão formoso idioma. (CAMPOS *et al.*, 1833, p. 16)

Ora, é evidente que “literatura nacional”, “nossa linguagem pura e nobre” e “nosso desprezado, mas tão formoso idioma” são todas maneiras de se referir ao patrimônio linguístico comungado por brasileiros e portugueses, de onde se pode seguramente concluir que não há, por parte dos filomáticos, intenção de perpetrar uma ruptura severa com a poesia do classicismo luso, senão dos seus excessos.

Por extensão, fica também demonstrado que é inadequado o protagonismo que alguns críticos do século XX quiseram atribuir a João Salomé Queiroga, um dos fundadores da *Philomathica*, e à sua proposta (muito posterior, aliás, aos anos de estudante na Academia de Direito) de empregar um idioma “lusobundo-guarani”:

Dizem-me que sou acusado por deturpar a linguagem portuguesa. Mais de uma vez tenho escrito que compondo para o povo de meu país faço estudo, e direi garbo, de escrever em linguagem brasileira: se isso é deturpar a língua portuguesa, devo ser excomungado pelos fariseus luso-brasileiros. Escrevo em nosso idioma, que é lusobundo-guarani. (QUEIROGA, 1873 *apud* CASTELLO, 1961, p. 34)

Segundo Aderaldo Castello e Afrânio Coutinho, essa proposta de “linguagem brasileira” (QUEIROGA, 1873 *apud* CASTELLO, 1961, p. 41), mais a percepção de que “já temos nossa literatura especial, nascida dos hábitos e costumes do nosso povo” (QUEIROGA, 1873 *apud* CASTELLO, 1961, p. 36), seria não só “bem representativa da doutrinação romântica” (COUTINHO, 1968, p. 73), como, “sem dúvida, [...] em traços gerais, o pensamento do grupo da Sociedade Filomática” (CASTELLO, 1972, p. 232), pois, “apesar de divulgado tardiamente”, o projeto brasileiro que Queiroga expõe nos livros de 1870 (é o que alega Castello) estaria relacionado “com aquele momento dos albores do romantismo no Brasil” (CASTELLO, 1961, p. 21), quer dizer, teria “nascido nos bancos acadêmicos” (CASTELLO, 1972, p. 232) da Faculdade de Direito e se firmado “ainda na época da Sociedade Filomática” (CASTELLO, 1972, p. 231). Ora, não é o que sugere o próprio poeta: “o gosto pelas trovas despertou-se em mim com as festas da independência. Fiz por aquele tempo algumas quadras com o título de ‘hinos’, algumas décimas e um soneto. Naquela época a poesia entre nós não ia além” (QUEIROGA, 1873 *apud* CASTELLO, 1961, p. 40.)¹⁴. Hinos, décimas, sonetos patrióticos – nada que chocasse a sensibilidade independentista, porém meio neoclássica dos leitores; nada que indicasse uma produção americanista de caráter antilusitano.

Em suma, não estou convencido de que os membros da Sociedade Filomática fizessem coro à linguagem brasileira de Queiroga, se é que chegou a teorizá-la tão cedo – Péricles Eugênio da Silva Ramos, secundando Silvio Romero, é da opinião de que Salomé falsificava datas¹⁵ –, nem que a sua proposta, “dada a importância da posição do acadêmico citado [!]”, sirva “como elemento para avaliarmos as ideias e os sentimentos do grupo a que se prendeu” (CASTELLO, 1972, p. 231), simplesmente porque a linguagem brasileira de Queiroga não coincide com a fundamentação eclética da revista – peca pelo excesso de americanismo antilusitano. Mesmo quando veio à

¹⁴ As “festas da independência” a que se refere o autor ocorreram, provavelmente, entre 1828 e 1829, como sugere o prefácio a um outro livro seu, o *Canhenho de poesias brasileiras* (1870): “o desejo de metrificar despertou-se em mim em o ano de 1828, na cidade de São Paulo. [...] Em 1829, o corpo acadêmico resolveu passar o dia 7 de setembro nas margens do legendário Ipiranga em festas ao aniversário do maior dia do Brasil” (Cf. QUEIROGA, 1870 *apud* CASTELLO, 1961, p. 30–31).

¹⁵ Cf. RAMOS, 1968, p. 80

tona, a proposta brasileiroista dos *Arremedos* (1873) mereceu a reprimenda de um conselheiro epistolar do poeta:

Deves, meu Salomé, continuar no empenho de trabalhar pela literatura nacional; mas, se posso dar-te um conselho de amigo, estuda os poetas estrangeiros, e não queiras que teus versos se tornem também muito vulgares, entendendo que assim nacionaliza-se a poesia. (STOKLER *apud* CASTELLO, 1961, p. 56–57)

Não há quem, lendo essa carta, não se lembre das ajuizadas críticas que Manuel Bandeira, quase um século depois, escreveria a propósito da outra “língua brasileira” – a de Mário de Andrade. Foi talvez essa semelhança, ou talvez o desejo de ir buscar precedentes românticos ao programa linguístico do modernismo brasileiro o que, me parece, levou Coutinho, Castello e outros pesquisadores a supervalorizar o papel de Queiroga, a supernacionalizar as metas da Sociedade Filomática e, em alguns casos, a perpetrar, *per accidens*, anacronismos como este, de Maria Eunice Moreira:

Ao falar em idioma brasileiro [em 1873, no prólogo aos *Arremedos*], Queiroga introduz uma questão nova nos âmbitos das discussões sobre a literatura pátria, até então norteada unicamente pela exploração de temas nacionais. A importância desse aspecto seria reconhecida nos *debates futuros* [!], demonstrada pelas posições favoráveis e adversas assumidas pelos estudiosos ao longo dos anos e que culminariam na célebre polêmica da *Minerva Brasiliense* [1843–1845]. (MOREIRA, 1991, p. 54, grifos meus)

Contribui também para essa interpretação excessivamente nacionalizante da Filomática, me parece, o papel atribuído pela historiografia do século XX àquela conhecida nênia à morte de Francisco Bernardino Ribeiro (antigo filomático), que Firmino Rodrigues da Silva publicou em 1841 (mas escreveu, aparentemente, em 1837), e que José de Alencar já considerava “o verdadeiro tipo da poesia nacional” (IG, 1856, p. 32): “Niterói, Niterói, que é do sorriso/Donoso de ventura, que teus lábios/Outrora enfeitava?” (SILVA, 1841, p. 1).

Antonio Candido, para quem essa nênia é “a fundadora da poesia nacional, a saber, o indianismo” (CANDIDO, 2000, p. 288, grifo do autor), faz remontar suas origens até os bancos da Academia ao escolher destacar

que Firmino, seu autor, foi um “rebenço da *Filomática*” (CANDIDO, 2000, p. 288). Afrânio Coutinho faz o mesmo ao argumentar que o indianismo foi a “resposta procurada desde os primeiros tempos do romantismo, pelos moços da Sociedade Filomática de São Paulo” (COUTINHO, 1968, p. 95). Onde estarão, contudo, as evidências de que o indianismo de Firmino, como a linguagem brasileira de Queiroga, tenha se originado nos tempos da *Philomathica*? São, para dizer o mínimo, escassas.¹⁶

3 Considerações finais

Partindo de uma autodeclarada filiação à doutrina eclética, exposta logo na introdução ao primeiro número, quis mostrar que a *Revista da Sociedade Philomathica*, em todos os assuntos que lhe diziam respeito, buscou sempre pelo justo meio: na esfera política, optou, ao que tudo indica, pela monarquia constitucional (meio caminho entre as absolutas democracia e tirania); na literária, optou pela supressão de todos os exclusivismos, pela mistura de elementos clássicos e românticos, pela *incorporação* (mas não substituição!) de características americanas à literatura de língua portuguesa. Não me parece, conseqüentemente, que a *Philomathica* tenha desempenhado ou mesmo buscado desempenhar o papel ultranacionalizante, antilusitano e anticlássico que alguns historiadores do século XX quiseram atribuir-lhe. Foi nacional, foi romântica, mas nunca em demasia – impedia-lhe sua profissão de fé eclética.

Para terminar, acredito não cometer nenhuma grande falta resumindo o programa literário da Sociedade Filomática em quatro princípios: i) proscrição dos excessos clássicos e românticos, ou ecletismo estético; ii) pureza linguística, ou moderação entre arcaísmos e neologismos; iii) incorporação de elementos americanos; iv) integração ao patrimônio comum

¹⁶ Uma provocação: não seria mais provável, na verdade, que Firmino se inspirasse nos fragmentos da *Confederação dos Tamoios*, publicados em jornal já desde 1834, como há poucos anos demonstrou Danilo Ferretti no artigo *A Confederação dos Tamoios como escrita da história nacional e da escravidão* (2015)? Essa hipótese, ainda muito crua, carente de evidências e mais carente de quem as busque (razão por que me limito apenas a insinuá-la em nota de rodapé), faria nosso indianismo romântico partir não do alegado projeto brasileiro da Sociedade Filomática, mas da obra de Gonçalves de Magalhães, primeiro poeta a expor “um projeto de poesia nacional calcado no indianismo, entendido, de forma restrita, como o movimento literário centrado na valorização da figura do indígena” (FERRETTI, 2015, p. 178).

da língua portuguesa e da literatura ocidental. Aí está, quero crer, nesses quatro pontos, uma nova maneira de significar a presença da *Philomathica* na história de nosso romantismo e de interpretar o programa estético da associação que a concebeu – maneira, me parece, mais contextualizada, menos nacionalista, e da qual derivará (se quiserem aplicá-la no futuro) um entendimento mais circunstanciado das contribuições deixadas pelos filomáticos do Largo de São Francisco.

Referências

- AMORA, Antônio Soares. *O romantismo*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- AMORA, Antônio Soares. Um precioso documento. *Revista da Sociedade Philomathica*. São Paulo: Metal Leve S.A., Ed. fac-sim. 1977. [Sem paginação].
- ANCILLON, Friedrich. *Du juste milieu*, ou du rapprochement des extrêmes dans les opinions. t. 1 Bruxelles: Société Belge de Librairie Human, 1837.
- ANNUNCIO. *O Novo Farol Paulistano*. São Paulo, n. 208, p.886, 27 set. 1833. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/709840/per709840_1833_00208.pdf> Acesso em: 12 dez. 2022.
- AVISO. *O Observador Constitucional*. São Paulo, n. 64, p. 256, 2 jul. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/814326/per814326_1830_00064.pdf> Acesso em: 12 dez. 2022.
- AVISOS. *O Farol Paulistano*. São Paulo, n. 354, p.1522, 17 jun. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/700169/per700169_1830_00354.pdf> Acesso em: 12 dez. 2022.
- BANDECCHI, Brasil. A faculdade de direito, a poesia e a história. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. LXXIX, [s.n.], p. 299–330, 1984. Disponível em: <<http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Vol-79.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2022.
- BOLETIM da sociedade. *O Homem e a América*. Rio de Janeiro, n. 45, p. 181–182, 28 set. 1832. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/701955/per701955_1832_00045.pdf> Acesso em: 13 dez 2022.
- CAMPOS, C. Carneiro de *et al.* Introdução. *Revista da Sociedade Philomathica*. São Paulo, n. 01, Ed. fac-sim, p. 3–17, jun. 1833.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

- CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- CASTELLO, José Aderaldo. *Manifestações literárias do período colonial*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- CASTELLO, José Aderaldo. Os pródromos do romantismo. In: COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria (Orgs.). *A literatura no Brasil: era romântica*. São Paulo: Global, 1997, p. 37–69.
- CASTELLO, José Aderaldo. *Textos que interessam à história do romantismo*. I São Paulo: Conselho estadual de cultura, 1961.
- COUSIN, Victor. Préface. In: TENNEMANN, Wilhelm Gottlieb. *Manuel de l'histoire de la philosophie*. t. 1. Paris: A. Sautélet et cie., 1829, p. V–XXVII.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968.
- DAMIRON, Jean-Philibert. *Essai sur l'histoire de la philosophie en France au dix-neuvième siècle*. Paris: Ponthieu et compagne, 1828.
- EPÍSTOLA ao Sr. J. B. Montauray: sobre as dificuldades e devido emprego da poesia. *Revista da Sociedade Philomathica*. São Paulo, n. 3, Ed fac-sim, p. 85–90, 1833.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. A Confederação dos Tamoios como escrita da história nacional e da escravidão. *História da historiografia*. Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 171–191, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i17.831> Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/831> Acesso em: 13 dez. 2022.
- GAVET, Daniel; BOUCHER, Philippe. Jakaré-uassu, ou os tupinambás, chronica brasileira por D. Gavet e P. Boucher. *Revista da Sociedade Philomathica*. São Paulo, n. 3, Ed fac-sim, p. 92–98, ago. 1833.
- IG. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional do Diário, 1856.
- INTERIOR: São Paulo. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n. 681, p. 2901–2902, 28 set. 1832. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706795/per706795_1832_00681.pdf Acesso em: 13 dez. 2022.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- RAMOS, Pérciles Eugênio da Silva. *Do barroco ao modernismo*. São Paulo: Conselho estadual de cultura, 1968.

REDACTORES, Os. Notícia Bibliographica extrahida da Revista Encyclopedica. *Revista da Sociedade Philomathica*. São Paulo, n. 2, Ed fac-sim, p. 62–66, jul. 1833.

RIBEIRO, Francisco Bernardino. Cena de Bosque — Riacho do Ypiranga. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n. 681, p. 2901–2902, 28 set. 1832. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/706795/per706795_1832_00681.pdf> Acesso em: 14 dez. 2022.

RIO de Janeiro: Artigo comunicado. *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n. 816, p. 3470–3473, 16 set. 1833. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=3554>> Acesso em: 14 dez. 2022.

ROCHA, Justiniano José da. Ensaio critico sobre a collecção de Poesias do Sr. D. J. G. Magalhães. *Revista da Sociedade Philomathica*. São Paulo, n. 2, Ed. fac-sim, p. 47–57, jul. 1833.

SILVA, Firmino Rodrigues da. Nênia à morte do meu bom amigo, o Dr. Francisco Bernardino Ribeiro. *O Brasil*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 107, p. 1–2, 16 mar. 1841. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709565&pagfis=428>> Acesso em: 14 dez 2022.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Volume IV: Evaristo Ferreira da Veiga. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/528941>> Acesso em: 14 dez 2022.

STASSART, Caroline de. Avant-propos. In: ANCILLON, Friedrich. *Du juste milieu*, ou du rapprochement des extrêmes dans les opinions. t. 1 Bruxelles: Société Belge de Librairie Human, 1837, p. I–XXVIII.

VIANNA, Hélio. Francisco de Sales Torres Homem, visconde de Inhomirim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 246, p. 253–281, jan./mar. 1960. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107939-revista-ihgb-volume-246.html>> Acesso em 14 dez. 2022.